

---

**Reunião Ordinária – Ata nº 19/2014**

**Data** – 2014-09-24

**Início** – 09.30 horas

**Local** – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

**Termo** – 11.00 horas

**Presenças:**

**Presidente** Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

**Vereadores** João Carlos Caseiro Gomes  
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão  
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis  
Luís Filipe Correia Dias  
Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório  
Avelino Manuel Conceição Manana

**Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização** – Catarina Alexandra Justino Santos



Foi apresentada justificação e considerada justificada a falta dada à reunião de 10 de setembro de 2014, pela vereadora Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório.



Resumo Diário da Tesouraria de 23-09-2014:

a) Dotações Orçamentais .....	€7.909.795,95
b) Dotações não Orçamentais .....	€169.344,01
Total das Disponibilidades .....	€8.079.139,96



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.

## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

(nº 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Esteve presente o Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Aldeia do Mato e Souto, para apresentar algumas questões relacionadas com a freguesia.

A Presidente da Câmara agradeceu a presença do Presidente de Junta, mas esclareceu que este espaço de intervenção se destina aos munícipes em geral.

Assim, sugeriu ao Presidente da Junta de Freguesia que, para tratar destes assuntos, utilize o canal próprio, especialmente dedicado ao Presidente de Junta, nomeadamente o Gabinete de Apoio às Freguesias, que articulará os assuntos com os membros do executivo.

Apesar do que referiu, a Presidente da Câmara deu ainda a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, que informou que a sua presença na reunião de câmara se destinava a questionar a Câmara Municipal sobre as intenções de intervenção/requalificação de estradas na freguesia.

A Presidente da Câmara informou que o orçamento e o plano plurianual de investimentos ainda se encontram em elaboração, pelo que ainda não estão definidas e priorizadas as obras e os investimentos a executar nos próximos anos, que dependerão de disponibilidade financeira existente.

@@@

A Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.

Foi aprovada, por maioria, com a abstenção da vereadora Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório, por não ter estado presente, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

@@@

## **INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA**

(artigo 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

### **PRESIDENTE DA CÂMARA**

A Presidente da Câmara informou que, a pedido da Universidade Aberta, a assinatura do protocolo entre o Município de Abrantes e aquela instituição de ensino, que estava agendada para o dia 24 de setembro, foi adiada para o próximo dia 30 de setembro.

**Tomado conhecimento.**



Informou que, uma vez que hoje se realizam eleições para a Presidência do Instituto Politécnico de Tomar, necessitará de se ausentar da reunião de câmara, antes do seu termo.

**Tomado conhecimento.**



A Presidente da Câmara deu conhecimento de que, na sequência da candidatura efetuada em maio de 2014 à 2ª Edição do Prémio para Municípios "Viver em Igualdade", o Município de Abrantes foi um dos contemplados com a referida distinção.

Referiu que o Município já tinha sido premiado na 1ª edição relativa ao biénio 2012-2013 e que se trata de uma iniciativa promovida pela CIG — Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, visa assinalar os melhores locais para viver em igualdade e distinguir Municípios, com boas práticas na integração da dimensão da igualdade de género, cidadania e não discriminação, quer na sua organização ou funcionamento, quer nas suas atividades por si desenvolvidas no biénio 2014-2015.

Para além do Município de Abrantes foram ainda contemplados com este prémio, cinco outros Concelhos - Cascais, Odivelas, Santa Maria da Feira, Seixal e Valongo - e atribuídas quatro menções honrosas.

Informou ainda que a sessão pública de entrega dos certificados decorrerá a 24 de outubro de 2014, dia em que se assinala o "Dia Municipal para a Igualdade".

**Tomado conhecimento.**



Informou ainda que não poderá estar presente na próxima reunião de câmara, uma vez que, a convite da CCDD do Centro, integrará a comitiva que se deslocará dias 6,7 e 8 a Bruxelas, para participar no Encontro "Open Days", no âmbito do próximo quadro comunitário.

**Tomado conhecimento.**



**VEREADOR JOÃO GOMES**

O vereador João Gomes fez um ponto de situação sobre o desenrolar das obras na ponte rodoviária sobre o Rio Tejo, referindo que foram feitas algumas alterações no trânsito, sendo agora proibida a circulação debaixo da ponte, por questões de segurança, mas também para disciplinar, de alguma forma o trânsito de acesso à rotunda em Rossio ao Sul do Tejo.

al  
Cif  
G

Relativamente ao fluxo de trânsito e ao tempo de espera, o vereador João Gomes disse que, com o início das aulas se notou algum impacto, mas que a situação se encontra agora dentro da normalidade.

O vereador Avelino Manana questionou se também se verificam alguns constrangimentos nos cruzamentos do Pego e do Tramagal.

O vereador João Gomes disse que se trata de uma questão de falta de civismo de alguns condutores, que não permitem a entrada de viaturas nos cruzamentos. Disse ainda que as autoridades policiais têm vindo a fazer um esforço no sentido de disciplinar o trânsito nesses locais.



### **ORDEM DO DIA**

(artigo 53º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

**Nº 01 - Para conhecimento a Presidente da Câmara,** apresentou um e-mail da Direção das Ligas dos Amigos dos Hospitais de Abrantes, Tomar e Torres Novas a dar conhecimento da sua tomada de posição sobre a aplicação da Portaria nº 82/2014, de 10 de abril, através do documento intitulado "A Reforma (em curso) do Serviço Nacional de Saúde - Efeitos (Negativos) no Acesso dos Utentes dos Hospitais do Centro Hospitalar do Médio Tejo". - 183934

**Tomado conhecimento.**



**Nº 02 - Para conhecimento a Presidente da Câmara,** apresentou um e-mail do SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, remetendo para conhecimento e divulgação, o seu comunicado relativo à publicação do regime jurídico de recuperação financeira municipal e da regulamentação do Fundo de Apoio Municipal (FAM). - 186255

**Tomado conhecimento.**



**Nº 03 - Para conhecimento a Presidente da Câmara,** apresentou um e-mail da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, dando conta da publicação a Lei n.º 53/ 2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal, e procede à primeira alteração à Lei n.º 50/ 2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais. - 186118

**Tomado conhecimento.**

*[Handwritten signatures and initials]*

**Nº 04 - Para conhecimento a Presidente da Câmara,** apresentou um e-mail da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, a informar que no âmbito do acordo firmado entre o Governo e a ANMP, e após análise em sede de reunião de coordenação jurídica realizada entre a Direção- Geral das Autarquias Locais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cujas conclusões foram homologadas pelo Secretário de Estado da Administração Local em 17/07/2014, foi concluído que as autarquias locais não têm de consultar a Direção-Geral de Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento dos trabalhadores em situação de requalificação. - 182696

**Tomado conhecimento.**



**Nº 05 - Para conhecimento a Presidente da Câmara,** apresentou um e-mail da DGAI – Direção Geral de Administração Interna, dando conta da abertura de candidatura, até ao dia 01 de outubro de 2014, ao Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade 2014, que este ano terá como tema a "Prevenção do Tráfico de Seres Humanos". - 184404

**Tomado conhecimento.**



**Nº 06 - Para conhecimento a Presidente da Câmara,** apresentou um e-mail do Grupo Parlamentar do PCP - Partido Comunista Português, remetendo para conhecimento, o seu Projeto de Resolução n.º 1097/XII/3ª, apresentado no passado dia 24 de Julho de 2014, sobre o novo Quadro Comunitário "Portugal 2020". - 183156

**Tomado conhecimento.**



**Nº 07 - Para conhecimento a Presidente da Câmara,** apresentou um e-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes", remetendo para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia pelos Deputados Heloísa Apolónia e José Luís Ferreira, sobre a poluição ocorrida no Rio Tejo, na zona de Santarém. - 184306

**Tomado conhecimento.**



**Nº 08 - Para conhecimento a Presidente da Câmara,** apresentou um ofício da Associação Nacional dos Ópticos, datado de 1 de agosto de 2014, referindo que, tendo tomado conhecimento da atividade desenvolvida por alguns operadores do mercado que, sob a égide da realização de

Q1  
Cif  
Cif

rastraios à visão, procedem à venda de armações e lentes oftálmicas em espaços cedidos por algumas Juntas de Freguesia, vem alertar para a ilegalidade deste tipo de atuação.

Considera ainda a referida Associação, que este tipo de atuação em espaço público consubstancia uma limitação à livre concorrência, pelo que solicita a divulgação desta informação junto das Juntas de Freguesia do concelho de Abrantes. – 185725

**Tomado conhecimento.**



**Nº 09 - Para conhecimento a Presidente da Câmara,** apresentou uma carta da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Pentecostal, datada de 3 de setembro de 2014, a agradecer o apoio prestado na realização do evento ocorrido no passado dia 31 de Agosto de 2014, no parque de merendas do Aquapolis. – Margem Norte. – 187771

**Tomado conhecimento.**



**Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação, minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Abrantes e a Associação de Agricultores de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação, para apoio à estruturação de um serviço de atendimento aos cidadãos com vista à revitalização socioeconómica numa área sujeita ao fenómeno de despovoamento, colmatando as perdas de serviços de atendimento prestados pela administração central que se foi cada vez mais deslocalizando numa lógica centralizadora e distante das populações, no montante de 40.085,00€ (quarenta mil e oitenta e cinco euros) para o efeito. – 188903

A pedido do vereador Avelino Manana, a Presidente da Câmara apresentou mais alguns detalhes sobre a intenção da câmara municipal relativamente aos serviços que pretende que sejam prestados e sobre o âmbito deste protocolo.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



**Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação, proposta de Estrutura Orgânica e respetivo regulamento. - 189213

A Presidente da Câmara explicou os fundamentos para a revisão da estrutura orgânica e da proposta agora apresentada.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 12 - Proposta de Deliberação do Vereador da CDU, Avelino Manana**, com o título "Proposta de recomendação à Câmara Municipal de Abrantes sobre a Municipalização da Educação", designadamente: - 186078

*"1. Que avalie ponderadamente os riscos associados à municipalização da educação, não deixando de ter em conta que faz parte de uns pais onde existem territórios municipais com diferentes realidades e graus de desenvolvimento económico e social.*

*2. Que admita discutir a transferência de outras competências para a autarquia desde que enquadrada numa Lei de Financiamento e Autonomia das Escolas do Ensino Básico, Secundário e Educação Pré-escolar, desde que qualquer processo de transferência de novas responsabilidades do Governo para o Poder Local, por se tratar de uma reconfiguração do sistema educativo, seja objeto de debate público e negociação com as organizações representativas das comunidades educativas, designadamente dos docentes, impedindo assim que o Governo sacuda responsabilidades que constitucionalmente lhe cabem. A propósito, convém recordar que é a própria Lei de Bases do Sistema Educativo que aponta claramente para a implicação dos vários parceiros da comunidade educativa, quanto a descentralização de competências no âmbito do sistema educativo ("Art.º 46º 2 — ("O sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias, de entidades representativas das atividades sociais, económicas e culturais, e ainda de instituições de carácter científico.")). Convém também lembrar que, embora nunca se tenha implementado uma verdadeira descentralização do sistema educativo, com ou sem regionalização do país, como seria desejável e legalmente consagrado (LBSE — "Art.º, 46º. 3— (" Para os efeitos do número anterior serão adotadas orgânicas e formas de descentralização e de desconcentração dos serviços, cabendo ao Estado, através do ministério responsável pela coordenação da política educativa, garantir a necessária eficácia e unidade na ação")), as autarquias já têm responsabilidades nas áreas dos transportes escolares do Ensino Básico, em muitos casos nas próprias AEC, nas refeições do 1º CEB e Pré-escolar, nas instalações escolares, nas cartas educativas e até, em muitos casos, no pessoal não docente.*

*3. Que qualquer alteração na configuração da Escola Pública no Concelho de Abrantes seja antecedida de um amplo processo de auscultação e envolvimento da comunidade educativa, estimulando a que os Conselhos Gerais e órgãos de gestão intermédia das escolas, enquanto responsáveis pela aprovação das linhas estratégicas fundamentais de cada Agrupamento possam pronunciar-se ativamente.*

*4. Que em nenhum momento possa ser posta em causa a autonomia da gestão escolar, concretamente a organização curricular e pedagógica das escolas, recusando-se qualquer processo que signifique a retirada de poderes de gestão aos agrupamentos de escolas.*

*5. Que seja rejeitada em absoluto a entretanto anunciada intenção do Governo de transferência de qualquer competência para os municípios relativa ao pessoal docente*

al  
C  
A

*designadamente recrutamento, salários, carreiras, avaliação do desempenho, exercício da ação disciplinar ou qualquer outra tutela."*

**Deliberação:** Por unanimidade, aceitar a proposta apresentada enquanto recomendação para discussão a realizar logo que seja oportuno, em função do processo em curso com o Ministério da Educação, para transferência de competências para os municípios

A vereadora eleita pelo PSD, Elza Vitório, apresentou a seguinte declaração de voto:

*"A Vereadora do PSD, partilha das preocupações expressas pelo Vereador eleito pela CDU constantes do documento por Si apresentado a este Órgão Municipal.*

*A seriedade do assunto e a relevância social das consequências que a chamada "municipalização da educação" acarretam, faz com que o mesmo deva ser objeto de um alargado debate, que permita uma reflexão profunda não só sobre as eventuais consequências, como também sobre as medidas que devem acompanhar a instauração de um tal modelo, nomeadamente, ao nível da autonomia das escolas.*

*Trata-se de uma questão de grande relevância e sensibilidade que, sem as devidas garantias, pode por em causa a isenção e o pluralismo do sistema educativo, com consequências desastrosas para a própria democracia.*

*Este receio é legítimo, uma vez que, as duas tentativas anteriores de descentralização da educação falharam por duas razões principais; problemas financeiros das autarquias, incapazes de fazer face às despesas inerentes a todo o processo, e o clientelismo instalado na sociedade portuguesa em geral, particularmente significativo ao nível do poder local, o que constitui uma ameaça séria à pluralidade e independência que devem presidir à educação/formação dos cidadãos, com vista ao exercício responsável, crítico e esclarecido da cidadania.*

*Tendo em conta o atual contexto económico e social, e tendo ainda em consideração, como os tempos têm demonstrado, que a sociedade portuguesa, e o poder local em particular, ainda não foram capazes de se demarcar e de repudiar as lógicas caciques e clientelistas tão prejudiciais ao desenvolvimento local e nacional, não pode a Vereadora eleita pelo PSD deixar de manifestar a sua discordância e desconfiança em relação à adaptação deste modelo.*

*A tudo isto se junta ainda o facto, de a Câmara Municipal de Abrantes, que até agora não teve capacidade para delinear, por Si, uma estratégia educativa para o Concelho, alegando falta de recursos humanos, (entregou a terceiros a elaboração da Carta Educativa Municipal, entregou a sua revisão novamente a terceiros e entregou também a terceiros a elaboração do projeto educativo municipal), demonstrando uma total ausência de ideias a nível educativo, vir agora querer chamar a SI, um vasto conjunto de responsabilidades e atribuições, decorrentes da transferência de competências nesse processo de municipalização.*

*Pelo exposto a vereadora eleita pelo PSD vota a favor da presente deliberação."*



## **Divisão Administrativa e de Modernização**

**Nº 13 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou um ofício do Ministério da Defesa Nacional - Exército Português - Brigada Mecanizada - 2º Batalhão de Infantaria Mecanizado, que dá conta da realização de exercícios de fogos reais no polígono de tiro da Brigmec, no dia 16 de outubro de 2014, das 08h00 às 19h00. - 187587

**Tomado conhecimento.**



**Nº 14 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou um ofício do Ministério da Defesa Nacional - Exército Português - Regimento de Infantaria Nº 10, que dá conta da realização de exercícios de fogos reais no polígono de tiro da Brigada Mecanizada, no dia 02 de outubro de 2014, das 10h00 às 17h00. - 188997

**Tomado conhecimento.**



**Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** acerca do pedido do Centro Social de Alferrarede, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas de licenciamento das obras de ampliação do centro de dia de Alferrarede. - 187664

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a dispensa do pagamento das taxas de licenciamento, conforme previsto no artigo 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor no Município, no valor de 1.031,03€ (mil e trinta e um euros e três cêntimos), decorrentes dos artigos 33º, 34º, 36º e 38 do referido regulamento.

Aos serviços respetivos para os devidos efeitos.



**Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** no seguimento do indeferimento do pedido de dispensa do pagamento das taxas correspondentes ao processo de autorização de utilização com vistoria num prédio sito em Cabeça Gorda, Aldeia do Mato, Abrantes, por deliberação da Câmara Municipal na sua reunião de 01 de julho de 2014, vem a requerente, Maria Emília Coelho Pico, solicitar o pagamento das mesmas em duas prestações mensais, alegando dificuldades económicas para proceder ao pagamento de uma só vez. - 149820

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar o pagamento em duas prestações mensais, uma no valor de 76,05€ e uma outra no valor de 76,04€, totalizando o valor de 152,09€, valor este

21  
C  
G

corrigido face a informação anterior (135,95€), por não ter sido contabilizada a componente inicial da taxa.

Aos serviços respetivos para os devidos efeitos.



**Nº 17 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, referente a uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 16 de setembro de 2014, acerca do pedido da Renascer – Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultura, a solicitar autorização para a realização de peditório com vista à angariação de fundos, assim como a ocupação de espaço público com isenção do pagamento de taxas, para instalação de duas bancas de publicidade destinada à venda de brindes, no período compreendido entre 27 a 29 de outubro de 2014, em Abrantes. – 186998

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a realização do referido peditório, bem como a ocupação de espaço público, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 5,44€ (cinco euros e quarenta e quatro cêntimos).

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



## **Divisão Financeira**

**Nº 18 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara**, apresentou listagem de processos de despesa realizada, em agosto de 2014, ao abrigo do Parecer Genérico para 2014. - 183833

**Tomado conhecimento.**



**Nº 19 - Para conhecimento a Presidente da Câmara**, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 8 de setembro de 2014, a dar conta de um e-mail da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, dando indicações aos Municípios, sobre a forma de fazerem chegar à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, manifestação de interesse em aceder ao FAM – Fundo de Apoio Municipal.

Informa também que o Município de Abrantes não está entre os Municípios que terão de obrigatoriamente de aceder, nem tem qualquer necessidade/motivo para o fazer. - 187054

**Tomado conhecimento.**

*[Handwritten signatures and initials]*

**Nº 20 - Para conhecimento a Presidente da Câmara,** deu conta da devolução do montante de 174.814,15€ (cento e setenta e quatro mil oitocentos e catorze euros e quinze cêntimos), por parte do Administrador de Insolvência, no âmbito do Processo nº 920109.7TBTMR -3º Juízo do Tribunal Judicial de Tomar, Insolvência de João Salvador, Lda. – 185967

**Tomado conhecimento.**



**Nº 21 - Para conhecimento a Presidente da Câmara,** deu conta do parecer elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, sobre a situação económica e financeira do Município, referente ao 1º semestre do ano 2014 e que o mesmo, enviou o referido parecer diretamente para a Assembleia Municipal de Abrantes, igualmente para conhecimento. – 189009

**Tomado conhecimento.**



**Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 15 de setembro de 2014, que aprovou o pagamento do montante de 5.000,00€ (cinco mil euros), relativo à indemnização no âmbito de processo judicial nº 528/04.3 BELRA do TAFL, relacionado com intervenção do Município no âmbito da empreitada do Aquapolis. - 187032

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



**Nº 23 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 15 de setembro de 2014, que aprovou a assunção de compromisso plurianual com vista à aquisição de serviços para efetuar circuito especial de transporte escolar para o aluno com mobilidade reduzida, Daniel Seabra, residente em Amoreira, freguesia de Rio de Moinhos, Abrantes, no montante de 5.516,18€ (cinco mil quinhentos e dezasseis euros e dezoito cêntimos), com IVA incluído. – 182946

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.

01  
Cif  
Cif

**Nº 24 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 15 de setembro de 2014, que aprovou o parecer prévio vinculativo para "Aquisição de Espetáculo Musical com o Artista Luís Represas", a realizar no dia 26 de setembro de 2014, no Cine-Teatro S. Pedro, em Abrantes, pelo valor de 5.858,40€ (cinco mil oitocentos e cinquenta e oito euros e quarenta centavos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - 187122

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



**Nº 25 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 15 de setembro de 2014, que remete para aprovação, despesa a realizar com passes escolares dos alunos matriculados nos diversos graus de ensino (vinhetas), no montante estimado em 350.000,00€+IVA (371.000,00€). - 173164

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a despesa a realizar com passes escolares dos alunos matriculados nos diversos graus de ensino (vinhetas), nos termos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira e submeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos da al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do estatuído nos nº 1 e 6 do artº 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, conjugado com a al. f) do nº1 do artº 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.



**Nº 26 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 15 de setembro de 2014, acerca do pedido da Tagus- Ribatejo Interior, a solicitar a cedência de apoio financeiro, para a realização em parceria com a Câmara Municipal, da 13ª Edição da Feira Nacional de Doçaria Tradicional, a levar a efeito de 24 a 26 de outubro de 2014.

Mais informa que o orçamento apresentado para a realização da iniciativa ascende a 44.000,00€, tendo a referida entidade solicitado um apoio no montante 42.000,00€.

No entanto, tendo em conta o valor que foi atribuído em anos anteriores e o previsto em orçamento municipal para o ano de 2014, sugere a atribuição do montante de 40.000,00€.

Informa igualmente que a Tagus, apresentou duas propostas alternativas para realização do evento: Opção A - Espaço Interior - Mercado Criativo e Opção B - Espaço Exterior - Jardim da República, sendo que, em cada opção, está implícito um conjunto de necessidades operacionais para as quais solicita igualmente apoio. - 185231

21  
*[Handwritten signature]*

A pedido do vereador Avelino Manana, a Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos sobre a constituição e as atividades desenvolvidas pela Tagus.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a atribuição de apoio financeiro no montante de 40.000,00€ (quarenta e mil euros), de acordo com a referida informação da Chefe da Divisão Financeira, para realização da 13ª Edição da Feira Nacional de Doçaria Tradicional, a levar a efeito de 24 a 26 de outubro de 2014, no Mercado Criativo.



**Nº 27 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** relativa a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 16 de setembro de 2014, na sequência da autorização da Assembleia Municipal para assunção de despesa plurianual, por deliberação de 20 de junho de 2014, remete para aprovação, proposta para "Prestação de serviços na área dos seguros", através da contratação de apólices de seguro, cuja despesa ascende a 135.000,00€/ano, o que corresponde ao preço base total de 270.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Procedeu-se à cabimentação da despesa que se estima irá onerar o orçamento para 2014. O restante ficará por conta dos orçamentos dos anos em que vigorar o contrato. Quanto à assunção do compromisso, na sequência da aplicação do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de junho, que regulamenta o Decreto-Lei nº 8/2012, 21 de fevereiro e se impedir a efetiva adjudicação em face da situação subjetiva do Município que aquela vier a surpreender, tal será causa de não adjudicação, condição de que as próprias entidades adjudicantes ficarão ciente pelo programa do procedimento. A assunção do compromisso ficará dependente da existência de fundos disponíveis e o procedimento extingue-se, caso, por motivo superveniente não seja possível a satisfação da condição prevista.

Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar (de acordo com os limites ao valor do contrato constantes dos artigos 19.º a 21.º do CCP), propõe a adoção de concurso público com anúncio no JOUE. O mesmo será desenvolvido nos termos dos artºs 130º a 154º do CCP, conjugados com os artºs 34º a 111º do mesmo diploma legal.

Propõe ainda:

- A aprovação das peças do procedimento aplicáveis ao procedimento nos termos da al. b) do nº 1 do artº 40º do CCP, nomeadamente, Programa de Procedimento, elaborado de acordo com artº 132º do CCP e o Caderno de Encargos, elaborado de acordo com o artº 42º do mesmo diploma legal;
- A fixação do prazo de vigência do contrato a celebrar por um ano, renovável por igual período até ao limite estipulado no artigo 48º do CCP (3 anos);
- A opção pelo critério de adjudicação da proposta do mais baixo preço;
- A designação dos seguintes colaboradores como elementos júri para a condução do procedimento:
  - a) Ana Neves (presidente);
  - b) Elsa Mendes (vogal efetivo);
  - c) António Lourenço (vogal efetivo);

- d) João Silva (vogal suplente);  
e) Luís Valente (vogal suplente);  
- Delegação de competências no Júri do Concurso, conforme previsto no nº 2 do artº 69º e no artº 109º do CCP, à exceção da decisão de adjudicação. - 173890

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 16 de setembro de 2014.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 28 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 18 de setembro de 2014, que remete para aprovação, a assunção de compromisso plurianual, referente à renovação do contrato 53/2012, por mais um ano (última renovação possível), para aquisição de serviços em regime de avença para a realização de trabalho na área da consulta jurídica, apoio técnico e de exercício do mandato forense, bem como dos demais atos próprios dos advogados, nos termos da Lei nº 49/2004, de 24 de Agosto, com "A.R. Montalvo & Associados – Sociedade de Advogados, RL". Mais refere que se mantêm os pressupostos que estiveram inerentes à contratação inicial. O valor da avença mensal é de 1.500,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que corresponde ao montante anual de 18.000,00€, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor. A renovação do contrato não estará sujeita a redução remuneratória prevista no nº 1 do artº 73º da LOE 2014, termos do nº 2 do mesmo artigo, conjugado com o nº 1 do artº 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro.

Sugere igualmente que a referida autorização, seja enquadrada na autorização prévia no âmbito da LCPA, aprovada pela AM para o ano 2014. - 82029

**Deliberação:** Por maioria, com a abstenção da vereadora Elza Vitório, aprovar a assunção de compromisso plurianual referente à renovação do contrato 53/2012, com a "A.R. Montalvo & Associados – Sociedade de Advogados, RL", nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira.

A vereadora Elza Vitório apresentou a sugestão para que, em situações futuras, para este tipo de prestação de serviços se contratem advogados locais.



**Nº 29 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 18 de setembro de 2014, que remete para aprovação, a assunção de compromisso plurianual, referente à renovação do contrato 51/2012, por mais um ano (última renovação possível), para aquisição de serviços em regime de avença para a realização de trabalho na área da consulta jurídica, apoio técnico e de exercício do

*[Handwritten signature]*

mandato forense, bem como dos demais atos próprios dos advogados, nos termos da Lei nº 49/2004, de 24 de Agosto, com "Ana Paula da Piedade Milho".

Mais refere que se mantêm os pressupostos que estiveram inerentes à contratação inicial. O valor da avença mensal é de 1.500,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que corresponde ao montante anual de 18.000,00€, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor. A renovação do contrato não estará sujeita a redução remuneratória prevista no nº 1 do artº 73º da LOE 2014, termos do nº 2 do mesmo artigo, conjugado com o nº 1 do artº 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro.

Sugere igualmente que a referida autorização, seja enquadrada na autorização prévia no âmbito da LCPA, aprovada pela AM para o ano 2014. - 82051

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a assunção de compromisso plurianual referente à renovação do contrato 51/2012, com a "Ana Paula Piedade Milho", nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira.

□□□

**A Presidente da Câmara ausentou-se da reunião quando eram 10 horas e 35 minutos, pelas razões que informou no início da reunião de câmara, passando a presidir a reunião, o Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes.**

□□□

## **Divisão de Desporto, Cultura, Turismo, Museus e Património**

**Nº 30 – Para conhecimento, o Vereador Luís Dias,** apresentou o resumo quinzenal dos diversos eventos a levar a efeito de 23 de setembro a 06 de outubro do corrente ano, no âmbito do plano de atividades para 2014 dos serviços municipais para as áreas de desporto, cultura, turismo, museus e património, bibliotecas e arquivo e juventude. - 189002

**Tomado conhecimento.**

□□

**Nº 31 - Proposta de Deliberação do vereador Luis Dias,** na sequência do pedido do Serviço de Emprego de Abrantes, a solicitar a cedência, com isenção de taxas, do auditório do Edifício Pirâmide para o dia 24 de setembro 2014, no período compreendido entre as 9h00 e as 16h00, com vista à divulgação de Programas e Medidas de Emprego e de Ações de Formação Profissional, aos candidatos desempregados inscritos naquele serviço. - 188100

**Deliberação:** Por maioria, com o voto contra do vereador Avelino Manana, autorizar a cedência do auditório do Edifício Pirâmide, mediante a dispensa total do pagamento das taxas associadas, no valor de 41,73€ (quarenta e um euros e setenta e três cêntimos).

*[Handwritten signature]*

O vereador Avelino Manana votou contra, mantendo o sentido de voto que noutras situações similares.



**Nº 32 - Proposta de Deliberação do vereador Luís Dias**, na sequência do pedido do Padre Amândio da Trindade das Neves Bártolo Mateus, na qualidade de Arcipreste de Abrantes, a solicitar a cedência, com isenção de taxas, do cine teatro de S. Pedro, em Abrantes, para o dia 27 de setembro de 2014, com vista ao lançamento do ano pastoral diocesano, prevendo a participação média na ordem das 400 pessoas das diferentes paróquias da Diocese de Portalegre-Castelo Branco. – 188476

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a cedência do cine teatro S. Pedro, em Abrantes, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 129,16€ (cento e vinte e nove e dezasseis cêntimos), tendo em conta que se trata de uma atividade de forte repercussão para a cidade de Abrantes.



### **Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas**

**Nº 33 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, referente à informação nº 151 da UOPE – Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 03 de setembro de 2014, acerca da conta final definitiva da empreitada de “Alterações ao Centro Escolar de Rio de Moinhos - Abrantes” que se transcreve: - 187347

Valor da Adjudicação (Preço Contratual)	89.966,62€
Trabalhos Contratuais Realizados	89.966,62€
Total	89.966,62€

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a conta final definitiva da referida empreitada, elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para proceder em conformidade.



**Nº 34 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, referente à informação nº 157 da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 15 de setembro de 2014, dando conta de um e-mail da sociedade comercial CIP – Construção, S.A., adjudicatária da empreitada de “Construção da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes, a remeter cópia do contrato de subempreitada celebrado com a sociedade comercial Rui Manuel Cotrim – Armação de Ferro, Lda., possuidora do alvará nº 68946, válido até 31 de janeiro de 2015.



*[Handwritten signature]*

Nos termos do artigo 383.º do (CCP) é possível a existência de contratos desta natureza, até ao limite de 75% do valor da obra adjudicada, no caso em apreço não poderão ultrapassar o montante de 786.688,80€, tendo em consideração que esta foi adjudicada por 1.048.918,40€.

O adjudicatário, para o efeito, anexa a cópia do contrato de subempreitada, no montante de 19.280,76€, representando 1,84% do valor da adjudicação da empreitada, estando atualmente subempreitados trabalhos no valor de 45.550,10€, representando 4,34 %, do valor da adjudicação da empreitada, valor este inferior à percentagem legalmente definida, pelo que estão reunidas as condições para a entrada do subempreiteiro referenciado em obra.

Como não foram cumpridos todos os trâmites legais estabelecidos no artigo 385.º do CCP, deverá alertar-se a empresa adjudicatária, que no futuro deve, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP. - 188397

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro referenciado em obra, de acordo com a referida informação nº 157 da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 15 de setembro de 2014.

Dar conhecimento ao Coordenador de Segurança em Obra, para cumprimento do disposto no nº 5 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para os devidos efeitos.



**Nº 35 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** referente a uma informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 18 de setembro de 2014, dando conta de um e-mail da sociedade Rui Prata Ribeiro, Lda., entidade fiscalizadora da empreitada de "Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes", referindo que a CIP – Construção, S.A., adjudicatária da referida empreitada, remeteu cópia do contrato de subempreitada em obra celebrado com Revirio – Construção e Engenharia e Decoração, Lda., possuidora do alvará de construção nº 108254, válido até 03 de julho de 2019.

Nos termos do artigo 383.º do (CCP) é possível a existência de contratos desta natureza, até ao limite de 75% do valor da obra adjudicada, no caso em apreço não poderão ultrapassar o montante de 527.701,82€, tendo em consideração que esta foi adjudicada por 703.602,42 €.

O adjudicatário, para o efeito, anexa a cópia do contrato de subempreitada, no montante total de 5.446,38€, representando 0,77% do valor da adjudicação da empreitada, estando atualmente subempreitados trabalhos no valor de 308.071,75€, representando 44,56 %, valor este inferior

à percentagem legalmente definida, pelo que estão reunidas as condições para a entrada do subempreiteiro referenciado em obra. - 188706

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro referenciado em obra, de acordo com a referida informação da Dirigente da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 18 de setembro de 2014.

Dar conhecimento ao Coordenador de Segurança em Obra, para cumprimento do disposto no nº 5 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para os devidos efeitos.



### **Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística**

**Nº 36 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** referente a uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 03 de setembro de 2014, acerca do processo de licenciamento de legalização de alteração de habitação, sita em Alferrarede, Abrantes, requerida por Fernanda Maria Pereira Lopes de Oliveira. - 14659

**Deliberação:** Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença, nos termos do nº 5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, considerando a causa da caducidade, constante do nº 2 do mesmo artigo.

Considerando que a operação urbanística contemplava a regularização de parte do edificado, deverá a requerente ser notificada para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de aplicação das sanções legalmente previstas, instruir novo processo com vista à prossecução dessa regularização.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



**Nº 37 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** referente a uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 17 de setembro de 2014, referindo que, na sequência da aprovação da delimitação

da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Abrantes, remete para apreciação, proposta de realização de Operação de Reabilitação Urbana de natureza Sistemática, através da elaboração de Programa Estratégico de Reabilitação Urbana. - 119604

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a proposta de realização de Operação de Reabilitação Urbana de natureza Sistemática, através da elaboração de Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, nos termos propostos.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



**Nº 38 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** referente à informação nº 126/2014.CL da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 17 de setembro de 2014, acerca do pedido de licenciamento de alterações introduzidas no decorrer da obra, que visa a instalação de um empreendimento de turismo no espaço rural denominado, Quinta da Várzea, a classificar como casas de campo, prevendo-se a instalação de 12 unidades de alojamento, sito em Casa Branca, Alvega. - 521/10

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar as alterações introduzidas durante o decorrer da obra, consubstanciando-se esse deferimento a aprovação do projeto de alterações e consistindo em aditamento ao alvará de obras nº 12000042.

No uso das competências atribuídas pelo regime jurídico de instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos (Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de março, na sua atual redação), deverá ser fixada a capacidade máxima do estabelecimento e atribuída a classificação, de acordo com o projeto aprovado, nos termos do artigo 27º desse quadro legal e classificar o estabelecimento como "Estabelecimento de Turismo no Espaço Rural", na sua modalidade de "Casas de Campo", consignada na alínea a) do nº 3 do artigo 18º do referido regime jurídico, fixando-se a capacidade máxima de 12 unidades de alojamento.

Deverá ser transmitido à empresa titular do processo, que a autorização de utilização do ETER, será condicionada à conclusão (e emissão do mesmo título) da construção que decorre em processo paralelo (Pº 520/10) em particular no que se refere às instalações destinadas à garantia de serviço de pequeno-almoço e restantes refeições, compromisso assumido no projeto de alterações em aprovação ao presente processo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



**Nº 39 -** Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.

## **Divisão de Manutenção e Transportes**

**Nº 40 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Valamatos**, respeitante à informação nº 67 da Divisão de Manutenção e Transportes, datada de 02 de setembro de 2014, acerca do pedido da Associação FunnyMoments, a solicitar o empréstimo a título precário, de 8 mesas, 16 cadeiras e 1 secretária, destinadas a ser utilizadas por crianças do 1º ciclo com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos, para realização dos seus trabalhos de casa e nas atividades realizadas pela referida Associação. – 186616

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar o empréstimo a título precário, do mobiliário solicitado.

À Divisão de Manutenção e Transportes para os devidos efeitos.



**Nº 41 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Valamatos**, respeitante à informação nº 68 da Divisão de Manutenção e Transportes, datada de 08 de setembro de 2014, acerca do pedido do Município de Mação, a solicitar a cedência de 60 grades anti-motim, com vista à realização de uma prova do campeonato nacional de trial 4x4, a levar a efeito nos dias 20 e 21 de setembro de 2014. - 187673

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a pretensão, para o período solicitado.

À Divisão de Manutenção e Transportes para os devidos efeitos.



**Nº 42 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Valamatos**, respeitante à informação nº 72 da Divisão de Manutenção e Transportes, datada de 15 de setembro de 2014, acerca do pedido da Câmara Municipal de Almeirim, a solicitar o maior número possível de grades anti-motim, com vista à realização da prova de atletismo "20 Kms de Almeirim" a levar a efeito no dia 26 de outubro de 2014, ficando o transporte a cargo daquela autarquia – 187305

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a cedência de 100 grades anti-motim, para o dia solicitado.

À Divisão de Manutenção e Transportes para os devidos efeitos.



**Nº 43 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Valamatos**, respeitante à informação nº 73 da Divisão de Manutenção e Transportes, datada de 15 de setembro de 2014, acerca do pedido da Câmara Municipal de Sardoal, a solicitar o empréstimo de 20 grades anti-motim, de

el  
C  
co

um pódio e de 20 vasos de flores, para as atividades que serão levadas a efeito no decorrer da Festa do Sardoal, entre os dias 19 e 22 de setembro de 2014, ficando o transporte a cargo daquela autarquia - 188610

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar o empréstimo de 20 grades anti-motim, de um pódio e de 20 vasos de flores, nos termos solicitados.

À Divisão de Manutenção e Transportes para os devidos efeitos.



**Nº 44 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Valamatos,** respeitante a uma informação da Divisão de Manutenção e Transportes, acerca do pedido da Freguesia de Abrantes e Alferrarede, a solicitar a isenção de taxas pela cedência de transporte para os idosos que participaram no convívio anual da terceira idade, realizado no "Restaurante Quinta das Oliveiras", no passado dia 14 de setembro de 2014, das 12h00 às 18h00. - 186400

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a dispensa de taxas de cobrança pelos serviços prestados, no valor total de 315,33€ (trezentos e quinze euros e trinta e três cêntimos).



**Nº 45 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Valamatos,** na sequência do pedido do Centro Social Interparoquial de Abrantes, a solicitar a colaboração da Câmara Municipal no transporte de 2 paletes de sumos (aprox. 1500 kg), a carregar na Zona Industrial de Tomar, que se destinam a todos os utentes que a referida instituição apoia. - 187659

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a cedência de transporte tendo em conta a importância social que o pedido representa e autorizar a dispensa do pagamento de taxas no valor de 112,02€ (cento e doze euros e dois cêntimos).



### **Encerramento da Reunião**

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas onze horas.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

---

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

**A PRESIDENTE DA CÂMARA**

*Henrique de*

**O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA**

*João Carlos Soares*

**A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO**

*Carla Alexandra Justino Silva*

# Município de Abrantes

Folha: 1

Data: 27-10-2014

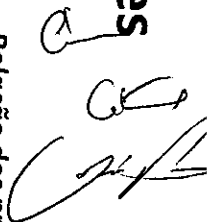


## Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 24.09.2014

Processo		Requerente, Residencia		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG10154/2014.180877	11-07-2014	231450753	Susana Margarida Marcos Pires / Rua da Palmeira - Abrantes - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Alteração de fachada / Avenida da Escola Nova, n.º 383 - Abrantes - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	04-09-2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na Informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG12673/2013.134571	22-08-2013	159094909	Joaquim da Silva / Rua do Estacal, n.º 41 - Casais de Revelhos - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Alteração de habitação - Rua do Estacal, n.º 41 - Casais de Revelhos - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	05-09-2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na Informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG13939/2013.138191	19-09-2013	136814778	Julietta Pires Barreiro Soares Pedro / Rua Baden Powell, Lote 58 - 2.º Esq - Amadora	Alteração de habitação / Rua do Lagar, n.º 3, Cêrro, Ribeira da Brunheta - Souto - União das freguesias de Aldela do Mato e Souto	Despacho	05-09-2014	Defendida licença, nos termos sugeridos.
PG7673/2014.173799	26-05-2014	112729916	João Raimundo / Rua Além da Barroca - Pego	Construção de telheiro / Rua Além da Barroca, n.º 96 - Pego	Despacho	05-09-2014	Aprovado projeto, devendo ser juntos os elementos complementares (projeto de estabilidade) dentro do prazo legalmente previsto para o efeito; no mesmo prazo deverão ser efetuadas as correções e entregues os elementos reclamados nos dois últimos parágrafos do ponto 5 da Informação Técnica 071/2014.CL

# Município de Abrantes

Data: 23-10-2014



## Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 24.09.2014

Folha: 2

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG8615/2014:176385	12-06-2014	112446329	Manuel Rosa Vicente / Rua do Fernando, n.º 4 - Ribeira do Fernando - União das freguesias de Alvega e Concavada	Alteração de edifício / Rua do Fernando - Ribeira do Fernando - União das freguesias de Alvega e Concavada	Despacho	05-09-2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG1183/2014:155146	23-01-2014	116770341	Maria Eugénia Bispo Grosso Matos Gomes / Rua do Girassol, n.º 144 - Abrantes - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrade	Ampliação de habitação / Rua da Esperança, n.º 144 - Samarra - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrade	Despacho	05-09-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos, consubstanciando esse deferimento a aprovação do projeto.
PG11984/2014:185582	21-08-2014	152041583	Manuel Vicente dos Santos Marmelo / Rua da Fonte Velha, n.º 234 - Aldeia do Mato - União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto	Alteração e ampliação de moradia unifamiliar / Rua da Cerâmica, n.º 366 - Martinchel	Despacho	05-09-2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG9581/2014:179197	02-07-2014	159821037	José dos Santos de Jesus / Largo de Santana - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrade	Alteração de habitação / Largo de Santana, n.º 98 a 100 - Abrantes - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrade	Despacho	05-09-2014	Aprovado projeto, nos termos a que alude a informação técnica, no que se refere aos condicionamentos emitidos pela Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, sendo de sublinhar a menção quanto à manutenção do desenho e cor da caixilharia, bem como a recomendação constante do ponto 2.2. do parecer da Arqueologia, devendo ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.



## Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 24.09.2014

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor

PG9390/2014:178573	26-06-2014	114002843	Luis Carlos Medeiros Couto de Sousa / Av. da Escolas, Lote 207, Bloco D - 1.ª Dto - Portela - Loures	Construção de habitação / Estrada Principal - Alagoa - Martimchel	Despacho	10-09-2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
--------------------	------------	-----------	--	---	----------	------------	---

PG6374/2012:69217	04-04-2012	107839385	José Alfredo Margarido / Rua da Azinhaga, n.º 68 - Abrançalha de Baixo - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Legalização de alteração de moradia / Rua da Azinhaga - Abrançalha de Baixo - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	10-09-2014	Deferida licença, não obstante os elementos reclamados pela Informação Técnica 187/2014.AT uma vez que revogado o DL 80/2006, de 4 de abril pelo DL 118/2013, o técnico veio enquadrar devidamente a dispensa de apresentação de estudo/projeto. Quanto ao PSS, o mesmo deverá ser apresentado junto com o requerimento para emissão do Alvará de Licença, a menos que todos os trabalhos de construção civil se mostrem concluídos, não sendo (nesse caso) de proceder a essa apresentação.
-------------------	------------	-----------	--	---	----------	------------	--

PG8783/2014:176853	16-06-2014	189152419	Idalécio Sousa de Jesus / Rua Frei João Pinto da Piedade - Abrantes - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Alterações em moradia, anexo e muros de vedação / Rua Frei João Pinto da Piedade - Abrantes - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	12-09-2014	Admito a Comunicação Prévia prevista na alínea c) do n.º 4 do Artigo 4.º do RJUE. Será ainda de transmitir o teor das recomendações constantes do último parágrafo da Informação 091/2014.CL, para os efeitos tidos por convenientes.
--------------------	------------	-----------	---	---	----------	------------	---

## Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 24.09.2014

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG12718/2014:187706	08-09-2014	508711886	MSDM - Turismo, Agricultura e Consultoria, Lda / Edifício Boml - Estrada do Pau Queimado - Afonsoeiro - Montijo	Alteração de cobertura / Praça Dr. João José Luís Damas - Rossio ao Sul do Tejo - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Despacho	17-09-2014	Admitida a Comunicação Prévia prevista na alínea c) do nº 4 do Artigo 4º do RJUE.

al  
Cay  
9-7-11

Folha : 1

dos pro  
Ca

legalização edifício comercial/ prestação de servi QUINTA DO NATEIRO ALVEGA	14000110	DES	2014/09/12
	T E O R		

```
*** processado por computador ***
*** sistemas InfoRuje ***
```